

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**PORTO ALEGRE: UMA ANÁLISE DA NOVA ESTRUTURA
ETÁRIA E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Amanda Cabette e Tânia Marques Strohaecker

Boletim Gaúcho de Geografia, 41: 94-107, jan, 2014.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/42621>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan, 2014.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

PORTO ALEGRE: UMA ANÁLISE DA NOVA ESTRUTURA ETÁRIA E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

AMANDA CABETTE ¹TÂNIA MARQUES STROHAECKER ²

RESUMO

Os dados do último Censo Demográfico coletados pelo IBGE retratam a dinâmica demográfica pela qual a cidade de Porto Alegre está passando. Fazem parte desta mudança o aumento do contingente de idosos na estrutura etária da cidade, a redução do índice de fecundidade e o baixo crescimento populacional da última década. A área central de Porto Alegre concentra grande parte do contingente de idosos; aliás, a capital gaúcha é uma das metrópoles brasileiras que detém o maior contingente de idosos na sua estrutura etária. Ainda que o envelhecimento populacional na cidade esteja presente em todo o território, os bairros que apresentam um maior número de idosos tendem a acomodar parte da população pertencente aos extratos mais altos economicamente, pois envelhecer requer uma série de cuidados (saúde, moradia, lazer) que parte da população idosa não tem como arcar.

Palavras-chave: Porto Alegre. Dinâmica Demográfica. Espaço Urbano. Envelhecimento Populacional.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender e analisar a nova estrutura etária do município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, através da identificação de sua composição etária, porque se entende que a transição demográfica ocorre de maneira desigual no espaço urbano. Nos anos 2000, a taxa de crescimento demográfico reduz em quase todas as cidades, como uma nova tendência populacional, gerando também mudanças na dinâmica demográfica, como a diminuição do índice de fecundidade, redução das taxas de natalidade e dos fluxos migratórios. Neste contexto, pretende-se analisar as principais tendências da distribuição populacional e sua configu-

1 Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. E-mail: amandacabette@yahoo.com.br

2 Doutora em Geociências (UFRGS). Professora no Departamento de Geografia, Instituto de Geociências (UFRGS). Pesquisadora do Laboratório do Espaço Social (Labes/ Departamento de Geografia/ UFRGS). E-mail: tania.strohaecker@ufrgs.br

ração territorial, tendo como área de estudo a cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.

O estudo baseia-se na espacialização da dinâmica demográfica nos diferentes bairros da cidade, identificando o crescimento populacional e a estrutura etária. Nosso recorte temporal será a análise dos dados estatísticos do Censo de 2010.

Para fins de contextualização do processo de urbanização, primeiramente, identificam-se as principais fases de crescimento demográfico da cidade, pois acompanhando a evolução urbana pode-se analisar, detalhadamente, a produção do espaço urbano, pressupondo-se que ela não ocorra de forma igualitária ou homogênea sobre o território.

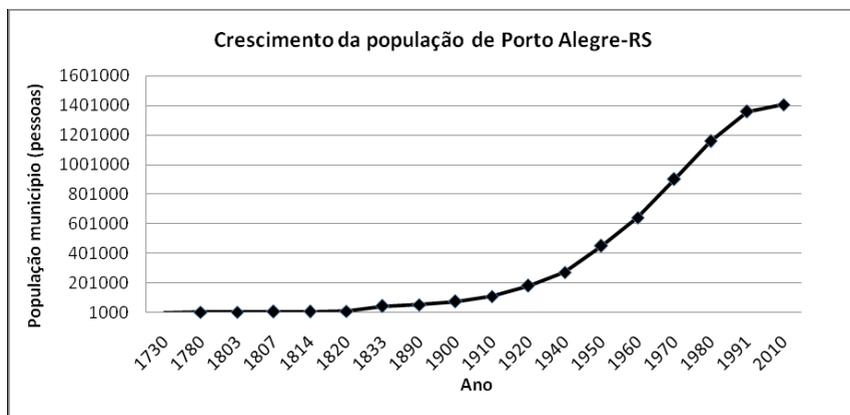
Vivemos no período técnico científico informacional, no qual a ideologia do crescimento econômico é o pilar para o desenvolvimento, a industrialização é o principal meio para alcançá-lo (SANTOS e SILVEIRA, 2008). A produção industrial possui caráter urbano e, portanto, concentra nas cidades aquilo de que necessita: o capital e a força de trabalho. Os avanços das atividades industriais e comerciais reforçaram o desenvolvimento de alguns centros urbanos do estado do Rio Grande do Sul. Pois, as principais forças que atraem ou expulsam a população são as ditas “oportunidades econômicas”.

Até meados do ano de 1960, a sociedade era formada majoritariamente por jovens, a fecundidade era alta, compondo famílias grandes e a esperança de vida era inferior a sessenta anos. Tal composição etária se difere daquela que se estrutura a partir do acelerado e generalizado declínio da fecundidade. A transição demográfica no Brasil, ao contrário daquela dos países mais desenvolvidos, tem sido rápida e generalizada e a sociedade brasileira, sem dúvida, já está sentindo o seu impacto. A dinâmica demográfica modifica a economia e a sociedade, exigindo um ajuste adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado, através de políticas públicas fundamentais.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO

A urbanização sobre o território de Porto Alegre evidencia, de acordo com Souza e Müller (2007), períodos distintos em função de fatores econômicos, institucionais, locacionais e culturais. Acompanhando a expansão urbana de Porto Alegre, destacamos períodos de grande crescimento demográfico da cidade (Gráfico 01). De acordo com Hausman (1963), no ano de 1740 havia aproximadamente 400 pessoas nas primeiras ocupações de Porto Alegre que formavam um agrupamento de pescadores na foz original do Arroio Dilúvio, no entorno atual da Avenida Loureiro da Silva, antiga praia do Riacho. No ano de 1780, tal grupo de pescadores foi para a atual área central de Porto Alegre, com um total de aproximadamente 1.500 pessoas.

Gráfico 01: Crescimento da população do município de Porto Alegre no período de 1780 a 2010.



Fonte dos dados: Hausman, 1963 e IBGE, 2011. Elaboração: Amanda Cabette.

A primeira manufatura do município de Porto Alegre foi uma olaria, a sua implantação marca as primeiras exportações de produtos manufaturados da cidade para localidades próximas. No ano de 1803 a população passa dos 1.500 habitantes para 3.900 e, em 1807, a população atinge 5.000 habitantes. No ano de 1814 verifica-se um aumento de 1.000 habitantes em relação aos anos anteriores, a população era de aproximadamente 6.000 habitantes. Em 1820, a população correspondia a 10.000 pessoas, já no ano de 1833 o contingente populacional do município era aproximadamente de 12.000 pessoas, um aumento de 2.000 habitantes em 13 anos.

Em 1845, as áreas de expansão correspondiam aos primeiros aterros construídos na cidade com a finalidade de ampliar a área central. De acordo com Hausman (1963), houve um crescimento populacional significativo, passando de 43.998 habitantes (1864) para 52.421 no ano de 1890, seguindo para 73.674 habitantes no ano de 1900. Podemos associar este crescimento ao contexto histórico do término da Guerra do Paraguai, além da chegada da mão-de-obra dos imigrantes alemães e italianos.

A imigração alemã influi, não somente sob o ponto de vista econômico como também no populacional, sendo os imigrantes germânicos e seus descendentes calculados por Avê-Lallemand (1858) em cerca de 3.500 pessoas, constituindo uma comunidade ativa, formada principalmente por comerciantes e artesãos (HAUSMAN, 1963, p.26).

Os anos de 1920 foram marcados por um grande crescimento demográfico: aproximadamente 180.000 habitantes ocupavam a cidade de Porto

Alegre. Nas décadas posteriores, este crescimento manteve-se elevado: ano de 1940 a população era de 272.232, em 1950 correspondia a 394.150, em apenas uma década houve o aumento de 120.000 pessoas. Com o êxodo rural o processo de urbanização configura-se na cidade tornando-a um espaço de produção e consumo; a passagem de uma economia fundamentada na agricultura para uma economia urbano-industrial. A cidade passou, a partir dessa transformação, a ser principalmente sede das indústrias, e seu crescimento atrelado ao desenvolvimento do setor secundário.

Na década de 1950, destaca-se o crescimento urbano acelerado. No ano de 1956 a população ultrapassa 450.000 habitantes, em 1958 chega a 500.000 habitantes, e, em 1960, a população de Porto Alegre era de 641.173. A partir desse período, houve a preocupação com o ordenamento da expansão urbana através da promulgação do Plano Diretor de 1959, definido por diretrizes urbanísticas que não contemplavam toda a área urbana.

Com o passar dos anos houve a necessidade de se construir um ambiente adaptado às transformações ocorridas no território, oriundas de um intenso processo de urbanização, período descrito como técnico científico informacional (SANTOS, 1997). A partir da década de 1970, houve o aumento das dinâmicas territoriais, influenciadas por maior oferta de empregos em consequência do crescimento da produção. O crescimento demográfico na cidade foi proporcionado pela expansão das atividades industriais, de comércio e serviços. De acordo com o Censo de 1970, a população de Porto Alegre contava com 903.175 habitantes, forçando uma expansão para as áreas periféricas e para as cidades vizinhas.

O aumento populacional e a expansão das áreas periféricas foram fatores essenciais para que houvesse o agravamento das diferenças sociais nos diferentes bairros da cidade. De acordo com Oliveira et al. (1989), as áreas centrais da cidade apresentam equipamentos urbanos de boa qualidade, representando os espaços residenciais preferenciais para a população pertencente a extratos econômicos mais altos. Nas áreas periféricas, por sua vez, existe a escassez ou a inexistência de serviços urbanos, onde se localiza a população de baixa renda.

O crescimento das áreas mais afastadas do centro da cidade, antes impulsionado pela expulsão dos pobres para a periferia, é também caracterizado por diferenciações de ordem social marcadas internamente no conjunto das grandes cidades. De acordo com Almeida (1993), nos anos de 1980 e 1990 houve um aumento significativo de famílias com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos e das famílias com renda inferior a um salário mínimo. Pode-se associar esses dados com o processo de favelização das áreas periféricas e da falta de infraestrutura mínima adequada nas moradias.

Na década de 1980 a população cresce em números expressivos, destaca-se o processo acelerado de urbanização e industrialização, a cidade passa a ser o espaço privilegiado das oportunidades: da inovação, do trabalho, da

cultura, da política e da riqueza. Os movimentos migratórios contribuíram para este processo, ao deslocarem milhões de pessoas de áreas rurais e inseri-las em áreas de intensa dinâmica social e econômica, disseminando novos valores; destaca-se a diminuição de números de filhos, a inserção da mulher no mercado de trabalho. A população em 1980 era de 1.158.709, seguindo para 1.269.239 habitantes em 1991, 1.360.033 em 2000 e, no ano de 2010, a população portoalegrense passou a 1.409.351 habitantes.

A POPULAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Durante a fase mais recente de expansão da cidade (2000-2010), marcada pela presença de deslocamentos populacionais intraurbanos, foi possível perceber o aumento das áreas ocupadas no município³. Destacamos, especificamente, a zona sul da cidade, onde o crescimento do setor imobiliário, a presença de investimentos públicos e privados, contribuiu para uma crescente verticalização da área, que anteriormente era marcada por padrões distintos de ocupação: moradias horizontais. De acordo, com Cabette e Lahorgue:

O processo de verticalização na cidade de Porto Alegre segue este vetor clássico: iniciou nas áreas centrais estendendo-se para as áreas periféricas. Porém, o centro continuou sendo a área mais cobiçada e valorizada para investimentos imobiliários; o que se observa é que a medida que se afasta da área central há uma gradual diminuição dos preços dos imóveis, desconsiderando-se os empreendimentos do tipo *condomínios fechados* que tendem a criar enclaves de valorização em áreas periféricas (CABETTE e LAHORGUE, 2012, p. 4).

Os dados do último Censo (IBGE, 2010) mostram uma nova conformação na estrutura da pirâmide etária portoalegrense, pois a população de mais de 65 anos é o grupo que experimentou o maior crescimento, destacando-se, inclusive, em nível nacional entre as capitais estaduais. Tais transformações que a população vem passando abrem novas perspectivas para o entendimento da relação população e o processo da produção do espaço urbano. Segundo Mello Moreira (1998, pp. 26 a 32) o processo de envelhecimento populacional resulta na redução do grupo etário dos jovens (0 a 15 anos), em consequência da queda do índice de fecundidade, configurando o que se denomina de envelhecimento pela base.

A cidade de Porto Alegre caminha em direção a este processo de estabilidade populacional. A população infantil (0 a 9 anos de idade) de moradores de Porto Alegre, em 2010, era de 185.652 crianças, ou seja, 12,9% dos 1.436.124 da população total (IBGE, 2010). Em menos de uma década,

3 Desde 1999, por lei municipal, todo o território de Porto Alegre é considerado área urbana.

houve uma redução de cerca de 10% no número total de crianças e de 15% na proporção de crianças na população. Esta redução da população infantil é resultante da diminuição progressiva no número de nascimentos e do índice de fecundidade. A redução da taxa de fecundidade é um dos fatores responsáveis por tornar Porto Alegre uma das capitais brasileiras com menor taxa de crescimento populacional. A proporção de jovens (0 a 14 anos de idade) na composição da população vem apresentando redução gradativa nas últimas décadas (IBGE, 2010).

Nas últimas décadas houve uma significativa redução nos índices de natalidade, da taxa de fecundidade e na diminuição dos fluxos migratórios, ocasionando o baixo crescimento populacional, verificado pelo aumento do contingente de idosos na pirâmide etária portoalegrense. A proporção de adolescentes e idosos no território de Porto Alegre não é homogênea. A partir do ano de 2009, houve um significativo aumento de concentração populacional na Restinga/Extremo Sul, o fator principal são as construções de conjuntos habitacionais destinados a famílias carentes vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a remoção de vilas e a realocação dessas famílias nessas áreas. O entendimento atual do processo de urbanização e da desaceleração do crescimento demográfico relaciona-se com a distribuição da população na cidade.

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção analisa-se o processo de envelhecimento populacional e sua respectiva configuração territorial. As políticas setoriais de habitação no âmbito federal e municipal foram levantadas a fim de exemplificar suas repercussões territoriais. Procura-se articular diferentes escalas para uma melhor compreensão das Políticas Públicas Setoriais na análise do território municipal. A adoção de escalas torna-se um instrumento na construção interpretativa, constituinte fundamental na interpretação geográfica (LACOSTE, 1988).

Assim, ao trabalharmos com o território, na sua dimensão política e econômica, objetivando as dinâmicas demográficas, buscamos revelar a relação do social, evidenciando os processos de produção do espaço urbano (RAFESTTIN, 1993). Essas conexões são construídas através de um jogo de escalas espaço-temporais. Tempo e espaço são categorias analisadas como indissociáveis. O jogo das escalas e a busca de articulação analítica entre políticas públicas federais e municipais permitiram o aprofundamento da discussão sobre o sentido da configuração territorial e da dinâmica demográfica.

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Refletindo ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil. É preciso entender a composição de classes,

os mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade (FIORI e FIX, 2009).

Como nossa análise se concentra na cidade de Porto Alegre, iremos analisar preferencialmente as Políticas Públicas de Habitação, principalmente o Programa Minha Casa Minha Vida, e suas relações com a instância federal. Com a Constituição de 1988, os municípios adquirem maior autonomia política-administrativa e financeira, através da elaboração de suas leis orgânicas e demais leis complementares e da escolha direta de seus governantes. Apesar do aumento de sua capacidade financeira, a participação dos municípios na receita tributária global não supera os 18 ou 20% (GONÇALVES, 2009).

No entanto, esta autonomia político-administrativa e financeira é consequência de uma política neoliberal, onde se dá a transferência da execução e custeio de políticas públicas para sociedade. Contudo, mantém-se a transferência de políticas sociais para entidades indicadas, como critérios eleitorais, por instâncias políticas de poder, pulverizando recursos sem priorizar as necessidades da população.

Na maioria das cidades, o Estado interfere na questão habitacional, tal intervenção decorre da incompatibilidade entre o custo da habitação e a capacidade de pagamento das famílias, já que elas necessitam ter acesso à moradia para viver nas cidades. Por se tratar de um bem de consumo de custo elevado, a aquisição da moradia requer certo fracionamento das despesas, seja por meio do aluguel, seja por financiamento de longo prazo, para viabilizar o acesso por parte das famílias de baixo poder aquisitivo.

O processo de urbanização no Brasil é marcado por um grave quadro de desigualdades socioeconômicas, que alia modernização ao crescimento da exclusão social, expressas em um grande déficit habitacional. No ano 2000, as cidades abrigavam 81,2% da população do país, 85% dos pobres moravam nas cidades e mais de 1/3 dos pobres urbanos estavam concentrados nas metrópoles (MORAES, 2008).

Assim, as múltiplas formas com que se apresentam as necessidades habitacionais, as diversas expressões da pobreza, exclusão social e vulnerabilidade social da população brasileira, desafiam a intervenção do poder público no setor. Consequentemente, a escassa capacidade financeira apresentada pela maioria dos municípios brasileiros para implantar e manter uma política habitacional tem concentrado a política habitacional na esfera federal.

Em 2009, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), repercutindo o processo de implantação do PlanHab (que propõe a implementação de uma política única, em termos nacionais, de subsídios, voltada para a complementação da capacidade de pagamento de bens de consumo, como a moradia), compondo uma estratégia de longo prazo para minimizar o déficit habitacional do país. O Programa Minha Casa Minha Vida não con-

templa a promoção estatal, apostando na iniciativa privada como agente do processo.

O Estado adotou como justificativa para a parceria com o setor privado, a dificuldade do poder público, sobretudo no âmbito municipal, na aplicação de recursos, restrições legais e fiscais, licitações demoradas, órgãos de fiscalização deficientes (FIORI e FIX, 2009). Segundo Bonduki (2009), o Programa Minha Casa Minha Vida não adotou estratégias precisas para o problema habitacional brasileiro, seja nos eixos que se relacionam com os aspectos da demanda habitacional, seja no que se refere à diversidade dos municípios.

A distribuição das unidades por faixa de renda adotada no Programa Minha Casa Minha Vida não obedece ao déficit habitacional. A Caixa Econômica Federal define o acesso às unidades habitacionais a partir da demanda (famílias ou pessoas), cadastradas pelas prefeituras. Os projetos não são formulados a partir do poder público, ou da necessidade municipal, assim o papel dos municípios não é ativo no processo, a não ser na fiscalização do cumprimento da legislação local.

Em Porto Alegre, as inscrições de interessados são para as faixas de renda de zero a três salários mínimos (0 a 3 SM) realizadas pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), a partir de maio de 2009. Na capital, se inscreveram cerca de 54 mil pessoas. Para atender à demanda, o governo federal adotou como critérios de prioridade famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco, as que tenham mulheres responsáveis pela unidade familiar, idosos e famílias que possuam pessoas com deficiência. Os empreendimentos são construídos, em sua maioria, em áreas periféricas, destacando-se a zona sul de Porto Alegre.

Destacam-se, nessa região da cidade, a Restinga e a Lomba do Pinheiro, bairros com área disponível devido à existência de vazios urbanos. Na Restinga apenas 1,4% dos moradores são idosos, revelando uma estrutura etária jovem. Fica evidente a alta vulnerabilidade social; trata-se de uma população carente, em termos de rendimento mensal e nível de escolaridade. Evidenciamos que os domicílios localizados nas áreas mais periféricas e, conseqüentemente, com baixo recurso financeiro são os que têm maior número de crianças e jovens compondo as famílias.

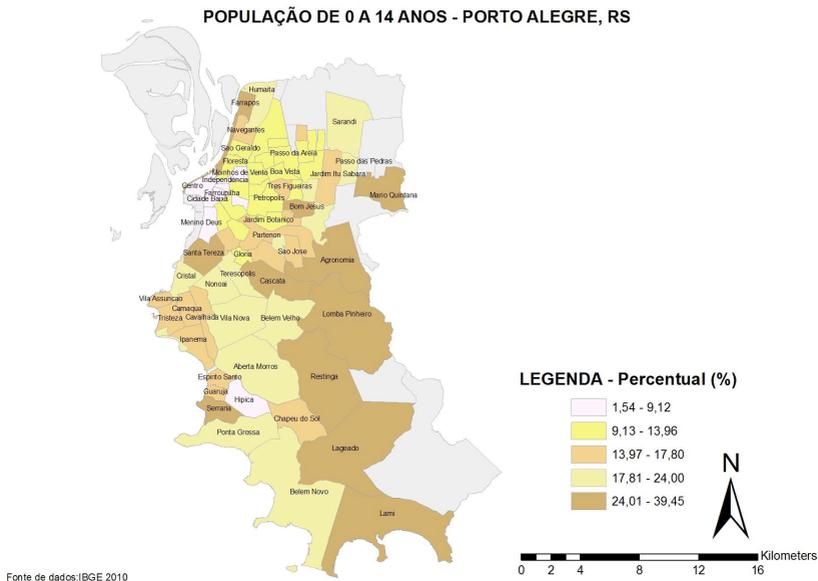
A estrutura familiar brasileira mudou, a partir da década de 1980, se tornou claro que a fecundidade no Brasil estava diminuindo bastante e, hoje, a média brasileira não é muito maior do que a observada em países desenvolvidos. Porém, a estrutura demográfica não é uniforme, há lugares que se tem uma alta concentração de crianças e jovens comparadas aos adultos em idade ativa e ao contingente de idosos.

Conforme dados estatísticos (Censo de 2010), dos 76 bairros de Porto Alegre, podemos comparar as diferentes faixas etárias e o processo de estabilidade populacional na cidade. O bairro Restinga (mais populoso da cidade) conta com uma população de 51.509 habitantes. Partindo para uma análise

da composição etária dos bairros, observamos que a faixa etária (0-14 anos) corresponde a 27,43% do total dos habitantes, comprovando a idéia que bairros periféricos e com extratos populacionais mais pobres mantém um alto contingente de crianças e jovens.

Seguindo a mesma composição etária da Restinga, o bairro Lomba do Pinheiro, é o segundo bairro mais populoso da capital, contando com uma população total de 51.357 habitantes, a faixa etária de 0 a 14 anos corresponde a 26,87% da população total (Figura 01).

Figura 01: Mapa da faixa etária de 0 a 14 anos dos bairros de Porto Alegre-RS.



Fonte de Dados: IBGE, 2010. Elaboração: Túlio Watanabe 2012.

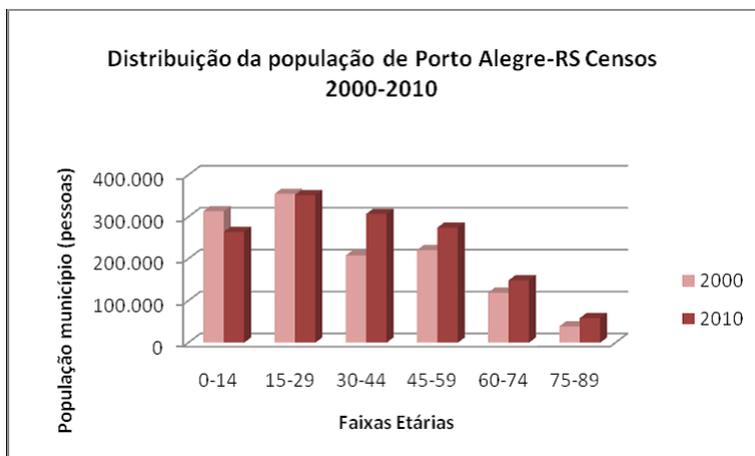
As faixas etárias (60-74, 75-89 anos) que correspondem ao contingente populacional idoso de ambos os bairros, são visivelmente inferiores à população de crianças e jovens; na Restinga a faixa etária de 60 a 74 anos representa 7,63%, seguido por 2,03% no intervalo de 75 a 89 anos.

Por sua vez, na zona norte da capital gaúcha, o bairro Marcílio Dias destaca-se com a maior concentração de crianças e jovens (0-14 anos) de Porto Alegre com 39,45%, já a faixa etária de 75 a 89 anos corresponde apenas a 0,45% da população total, indicando uma população com baixos rendimentos.

Contudo, os dados do Censo de 2010 revelam que a cidade de Porto Alegre teve um expressivo aumento do contingente de idosos na composição

da pirâmide etária (Gráfico 02). Logicamente esse aumento da população idosa ocorre de maneira desigual na cidade, ou seja, existe um princípio de localização na distribuição das classes sociais. A organização interna das áreas urbanas reflete forças econômicas e um padrão (com dada racionalidade e não de forma acidental) de usos do solo ou de terras (SINGER, 1980).

Gráfico 02: Distribuição da população por faixas etárias do município de Porto Alegre nos anos 2000 e 2010.

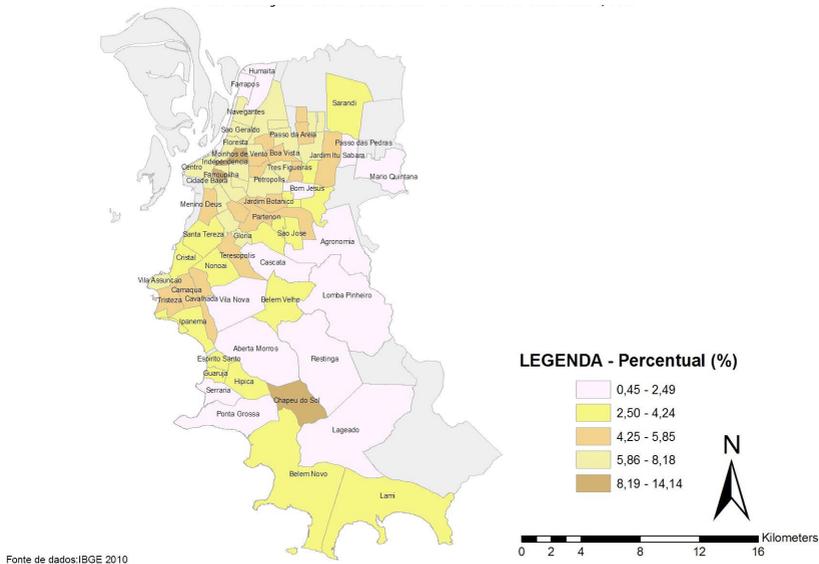


Fonte dos dados: IBGE, 2010. Elaboração: Amanda Cabette.

O bairro Moinhos de Vento, localizado na área central da cidade (Figura 02) é o lugar do Brasil, não só de Porto Alegre, que apresenta o maior contingente de idosos (65 anos ou mais - 26,9% dos moradores). E apresenta uma população pertencente a extratos econômicos de mais altos rendimentos, revelando padrões socioeconômicos altos, pois estamos falando em maior expectativa de vida.

De acordo com os dados do Censo 2010, na cidade de Porto Alegre a população jovem (zero a 24 anos) apresentou um decréscimo de 13,68% com destaque para o número de crianças de zero a quatro anos que diminuiu quase 25%, enquanto a população idosa (acima de 65 anos) corresponde a 15,01% da população total (aumento de 32% em relação ao ano de 2000). A mudança no perfil demográfico tem sido intensivamente investigada e retratada nas pesquisas realizadas pelo IBGE, bem como amplamente discutida em seminários e congressos de especialistas em estudos de população. A discussão da nova realidade demográfica é cada vez mais urgente, no sentido destas questões serem levadas em consideração no planejamento e na reformulação das políticas social, econômica e de saúde.

Figura 02: Mapa da faixa etária de 75 a 89 anos do território de Porto Alegre-RS.



Fonte Dados do IBGE, 2010. Elaboração: Túlio Watanabe, 2012.

Já que Porto Alegre é uma cidade que apresenta ainda fortes desigualdades em seu território, deve-se, portanto, pensar em planejamento de políticas públicas, considerando-se as especificidades peculiares do território municipal, já que este apresenta diferentes composições etárias e tais diferenças irão se refletir nas novas demandas municipais.

Sabe-se que o contingente populacional idoso vem crescendo nas últimas décadas, e que esta faixa etária é caracterizada por uma proporção elevada de pessoas com maior mortalidade por doenças crônicas e degenerativas, com mudanças na aparência física, perda de papéis sociais, entre outras. Isso faz, então, com que essa população seja considerada dependente, acarretando custos elevados para sustentá-la. O grande desafio é pensar que o processo de envelhecimento populacional está atrelado com políticas sociais de melhorias de condições de vida.

A nova estrutura etária traz à tona novas bases para a discussão acerca de políticas dirigidas a determinados segmentos etários, não só em relação às crianças e adolescentes, naqueles aspectos vinculados à saúde, educação e atenção materno-infantil, mas também em relação aos jovens adultos, adultos e idosos. Impõe-se, portanto, quando da formulação de políticas voltadas para a área social, em todas as instâncias administrativas (federal, estadual e municipal), que estes novos elementos e suas implicações ultrapassem a

dimensão demográfica, e que sejam tratados como variáveis vitais para as questões sociais e para a seleção das ações a serem implementadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise e comparação de dados estatísticos dos censos demográficos, foi possível diagnosticar que o aumento do contingente de adultos em idade ativa e de idosos ocorreu de forma generalizada pela cidade, embora de forma desigual, alcançando todas as regiões. O menor crescimento populacional ocorreu com maior intensidade nas áreas centrais da cidade, destacando-se o bairro Moinhos de Vento, enquanto a tendência a um maior crescimento demográfico ocorreu nas áreas periféricas de Porto Alegre. Através da diminuição do índice de fecundidade, de natalidade e o baixo fluxo migratório, ocorre, conseqüentemente, o aumento progressivo das faixas etárias de adultos e idosos. Verifica-se que a cidade tende a atingir o processo de estabilidade populacional ou crescimento zero.

O aumento do contingente de idosos indica que Porto Alegre está num momento da transição demográfica com perfil semelhante ao de um país desenvolvido (mais idosos compondo a estrutura etária). É indiscutível que o advento da transição demográfica incide justamente sobre a base de quase todos os processos econômicos, sociais, políticos e estratégicos. Como resultado, os impactos serão inevitáveis, principalmente no âmbito do poder público, a quem cabe prover a assistência social. Então, torna-se extremamente necessário conhecer a composição etária da população urbana. Pois, a criação de políticas públicas constitui-se em mecanismo fundamental para ordenar a cidade, a partir das diferentes demandas das faixas etárias que compõem a cidade.

Os dados estatísticos analisados confirmaram o processo de envelhecimento populacional que está se configurando no território municipal de Porto Alegre. Durante a coleta de dados, observaram-se outros diagnósticos populacionais importantes referentes à dinâmica demográfica urbana. Identificou-se também que os empreendimentos do Programa Federal Minha Casa Minha Vida na esfera local são construídos nas áreas periféricas da cidade e que a população que é assistida por tal programa tem um perfil demográfico jovem, diferentemente das demais áreas da cidade.

O crédito habitacional, seja o diferenciado por faixa de renda, seja o crédito diferenciado por tipo de município, é uma questão técnica, mas também é uma questão política, implicando uma relação de poder. Segundo Fiori e Fix (2009), a concessão de crédito estabelece uma hierarquia em relação às possibilidades de acesso ao crédito e ao consumo, em função da capacidade de pagamento de cada indivíduo.

A questão urbana associada à dimensão territorial é outro aspecto a ser destacado. Pois, o processo de urbanização não pode ser separado do desen-

volvimento socioeconômico. O processo de urbanização gerou heterogeneidade econômica e social, reafirmando as periferias metropolitanas, aonde bolsões de pobreza, exclusão social e riscos ambientais vêm acentuando a falta de infraestrutura e serviços.

A dimensão territorial torna-se também um importante elemento para a compreensão dos processos econômicos, políticos e sociais. Colocando o significado do território em um sentido relacional, o espaço geográfico juntamente com a dimensão política e cultural. Estabelecendo padrões, mas respeitando a diversidade da questão habitacional no país, levando-se em conta a diversidade social, cultural e econômica dos estados e municípios brasileiros.

PORTO ALEGRE: AN ANALYSIS OF THE NEW AGE STRUCTURE AND CONFIGURATION OF URBAN SPACE

Abstract - The last data collected by IBGE Demographic Census portray the demographic dynamics by which the city of Porto Alegre is experiencing. Part of this change increased the number of elderly in the age structure of the city, reducing the fertility rate and low population growth of the last decade. The central area of Porto Alegre concentrate largely contingent of elderly, moreover, the state capital is one of the Brazilian cities with the largest number of older people in their age structure. Although the aging population is present throughout the territory of the city neighborhoods that have a larger number of elderly tend to accommodate the population whit the largest income since aging requires a series of care (health, housing, leisure) that part of the elderly population not afford.

Keywords: Porto Alegre. Demographic Dynamics. Urban Space. Population Aging.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.S. Porto Alegre no contexto regional: a questão da habitação e do transporte. In: PANIZZI, W.M.; ROVATTI, J.F. (org.) Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento, Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

CABETTE, A, LAHORGUE, L.M. Dinâmica imobiliária e a produção do espaço urbano em Porto Alegre. In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos**. 22 a 28 Jul. 2012, Belo Horizonte.

DIAS, E. C. Minha Casa, minha vida, minha política pública. **Conjuntura da Construção**, Ano VII, n. 2, Junho. 2009.

FIORI, Pedro; FIX, Mariana. (2009) **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha**

Vida. Disponível em: <www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=281> (29.07.2009). Acessado em junho de 2003.

GONÇALVES, R. R. **Políticas habitacionais na federação brasileira: os estados em busca de seu lugar.** 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, 2009.

HAUSMAN, A. Aspectos da Geografia Urbana de Porto Alegre: crescimento urbano. In: **Boletim Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul.** Ano VIII nº 13 jan-dez, 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.**

MORAES, Demóstenes (2008). Apontamentos **sobre reforma urbana e produção social do habitat.** Disponível em: <www.unmp.org.br/index.php?...habitat> Acessado em junho de 2013.

LACOSTE, Y.A **Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.

MOREIRA, Morvan de M. Envelhecimento da População Brasileira: intensidade, feminização e dependência. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.15, n.1, jan./jun. 1998.

OLIVEIRA, Naia; BARCELLOS, Tanya; BARROS, Carmem; RABELO, Maria Mercedes. **Vazios urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implicações sociais.** Porto Alegre: FEE, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, nº 57, dez.1980, págs. 77-92.

SOUZA, C.F, MÜLLER, D. M. Porto Alegre e sua evolução urbana. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2007.